



Universidade Estadual da Paraíba
Campus Campina Grande
Centro de Educação
Curso de Licenciatura Plena em Geografia

ALLANA MOREIRA DO NASCIMENTO

**O TRABALHO PRECOCE NO SETOR INFORMAL DA FEIRA CENTRAL
DE CAMPINA GRANDE-PB: os pequenos carroceiros**

Campina Grande - PB
2014

ALLANA MOREIRA DO NASCIMENTO

**O TRABALHO PRECOCE NO SETOR INFORMAL DA FEIRA CENTRAL
DE CAMPINA GRANDE-PB: os pequenos carroceiros**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Artigo Científico apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aretuza Candeia de Melo

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244t Nascimento, Allana Moreira do.
O trabalho precoce no setor informal da Feira Central de Campina Grande - PB [manuscrito] : os pequenos carroceiros / Allana Moreira do Nascimento. - 2014.
28 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Aretuza Candeia de Melo, Departamento de Geografia".

1. Trabalho infantil. 2. Trabalho informal. 3. Feira livre. I.
Título.

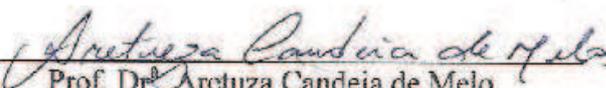
21. ed. CDD 331.31

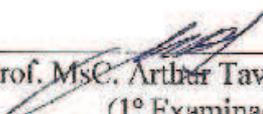
ALLANA MOREIRA DO NASCIMENTO

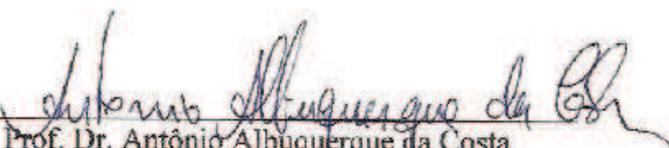
**O TRABALHO PRECOCE NO SETOR INFORMAL DA FEIRA CENTRAL DE
CAMPINA GRANDE-PB: os pequenos carroceiros**

Aprovada em: 03/12/2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Arctuzza Candeia de Melo
(Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. MSc. Arthur Tavares Valverde
(1º Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa
(2º Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Sou grata a *Deus*, pai e misericórdia pelas bênçãos a mim concedidas, nos momentos de dificuldade, orei a ele que esteve comigo me dando força. Mesmo quando fui ingrata ele me enviou anjos em forma de pessoas para me ajudar.

Não sei de onde eu tiraria forças se não tivesse essas pessoas do meu lado, por isso quero agradecer a minha *família* e principalmente aos meus pais, *Maria das Neves Moreira do Nascimento e Antônio Pedro B. do Nascimento*, a meu esposo *Geniclefferson Silva de Oliveira* e filha *Valkyria*; que estiveram sempre do meu lado me dando apoio moral, financeiro e o essencial nunca me faltou amor. E graças a esse amor eu pude traçar metas para alcançar meus sonhos, de entrar na Universidade, construir uma bela família e seguir carreira como educadora.

Ademais agradeço pela orientação de *mestres e colegas*, que fizeram parte da minha formação e, amadurecimento pessoal e intelectual. Agradecendo a todo o *corpo docente do curso de Licenciatura Plena em Geografia*, principalmente a minha orientadora prof^a. Dr^a *Aretuza Candeia de Melo* e o prof. Ms. *Arthur Valverde*, que souberam nos ensinar a valorizar a academia e a profissão que escolhemos, e nos mostrar os passos a galgar dali por diante.

Sou grata a *Deus* cada uma *dessas pessoas* que me apoiaram e tiveram paciência comigo. Foi bom saber que no meu desespero eu pude contar com vocês.

O TRABALHO PRECOCE NO SETOR INFORMAL DA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE-PB: os pequenos carroceiros

Allana Moreira do Nascimento¹

Resumo

O trabalho informal e a problemática do trabalho precoce é um fenômeno ainda comum nas feiras livres de muitas cidades do Nordeste brasileiro, e em especial, do Estado da Paraíba, visto que promovem a manutenção, renda e sobrevivência de inúmeras pessoas. O objetivo central deste trabalho foi de abordar e diagnosticar as atividades e condições de trabalho precoce na feira central de Campina Grande-PB, no qual teve como enfoque o circuito inferior da economia. Destacando nesta modalidade, o trabalho dos pequenos carroceiros, que oferecem serviços de frete em carrinho de mão. Para tanto, se utilizou um levantamento bibliográfico acerca do comércio e do trabalho informal infanto-juvenil no Brasil, na Paraíba, e na Feira Livre, munida de investigação empírica descritiva realizada na observação em campo, sobre a abordagem de cunho qualitativo, no qual foram avaliados os dados dos registros pesquisados. Ao discutir as razões para inserção do trabalho precoce na feira, revela-se uma cultura do pró-trabalho infantil sobre condições impróprias, ocasionado riscos físicos, mentais e psicológicos. Conclui-se que a feira central é uma instituição composta de uma estrutura socioeconômica como alternativa para o sustento de muitas famílias, inclusive para crianças e adolescentes que vão sendo incorporados ao mercado de trabalho precocemente.

Palavras chave - Sobrevivência. Circuito. Inferior. Serviços. Frete. Infanto-Juvenil.

1 Introdução

O trabalho informal e o trabalho infantil são formas que promovem a manutenção e a sobrevivência de inúmeras pessoas em todo o país. O trabalho infantil é um fenômeno comum na Feira Livre de Campina Grande-PB, pois é nela que é ofertado um espaço de comércio e de serviços, fator preponderante para a ocupação de crianças e adolescentes nesses setores, como é o caso dos pequenos carroceiros, carregando cargas pesadas, trabalhando em carga horária dupla, ganhando quantias irrisórias.

Alguns dos motivos que tentam explicar a presença do trabalho infantil na feira consistem na cultura do pró-trabalho infantil, outro fator é a procura de uma ocupação que auxilie na renda familiar, outros por autonomia garantem que fazem esses trabalhos como a realização de um desejo pessoal. Nesses casos o Governo Federal atualmente com auxílio de

¹ Aluna de Graduação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I - Email: allanamoliveira@gmail.com.

dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), vem buscando amenizar essas perdas com uma política assistencialista de incentivos, principalmente para a Educação Básica, por meio de programas tais como Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Com base no relato introdutório acima, este trabalho tem como objetivo diagnosticar o trabalho precoce no setor informal da Feira Central de Campina Grande-PB. Desta pesquisa a abordagem diagnóstica das atividades e condições de trabalho precoce na Feira Central, com destaque para o trabalho dos pequenos carroceiros, que oferecem serviços de frete de mercadorias em carro de mão, tendo como finalidade expor o diagnóstico referente à qualidade do trabalho precoce, tendo em vista a preocupação de garantir o conhecimento acerca dessa problemática, e o que vem sendo feito em combate a esse exercício.

Com relação à estrutura do trabalho a primeira parte desse trabalho apresenta uma abordagem histórico-geográfica da Feira Central de Campina Grande. Na revisão da literatura se buscou entender a origem e a consolidação do espaço comercial da feira, fundamentando também o trabalho informal na feira. A segunda parte foi disserta a pesquisa realizada (in loco), tendo como enfoque as atividades e condições do trabalho infantil na feira central, tendo como atores da observação os pequenos carroceiros.

Para tanto foram utilizados como procedimentos metodológicos, um levantamento bibliográfico sobre a importância do comércio e do trabalho na feira, tendo em vista a importância desse espaço para a análise do objeto e também de acervos referentes ao trabalho infanto-juvenil no circuito informal no Brasil e na Paraíba. Posteriormente, munida de uma investigação empírica descritiva relata-se algumas questões realizadas em campo com 17 carroceiros. Sobre uma abordagem teórica metodológica de cunho qualitativo, trabalhou-se sobre a interpretação e avaliação das atividades desenvolvidas pelos pequenos carroceiros (trabalho infanto-juvenil), bem como as condições e riscos inerentes ao trabalho precoce.

2 Caracterização e Localização da Área de Estudo: feira central de Campina Grande/PB

Campina Grande localizada no Nordeste brasileiro, Estado da Paraíba, inserida na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião de Campina Grande. Sua posição geográfica está determinada pelos paralelos 7° 13' 11" de Latitude Sul e 35° 52' 30" de Longitude Oeste (Figura 1).

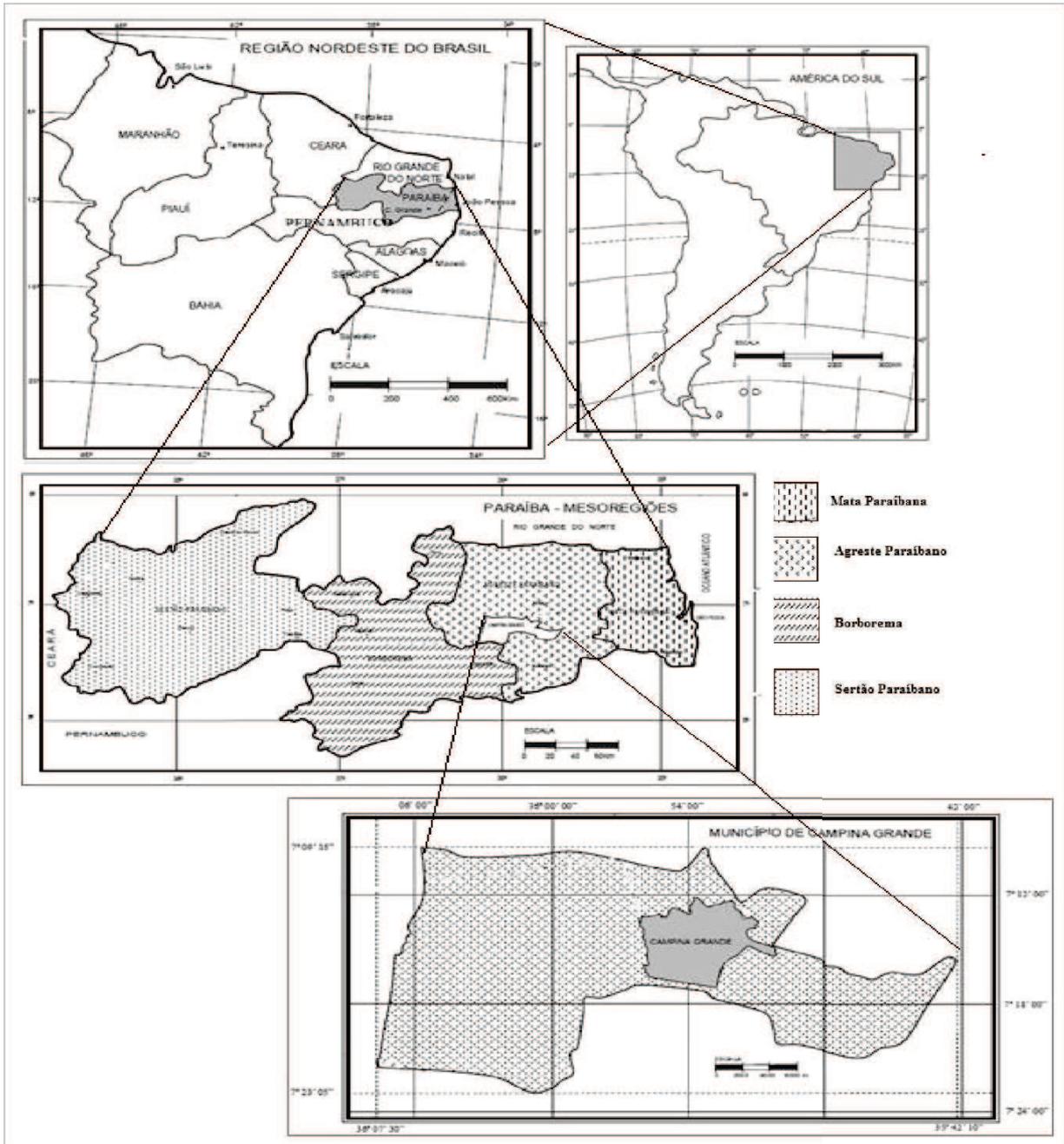


Figura 1 – Localização de Campina Grande. Fonte - Porto, 2007, p. 20.

O Centro comercial no qual está inserida a Feira Livre de Campina Grande faz limites com os bairros da Conceição, Palmeiras e Lauritzen ao Norte, São José, Estação Velha e Catolé ao Sul, Santo Antônio, José Pinheiro e Jardim Tavares a Leste e a Oeste com o bairro da Prata (Figura 2).

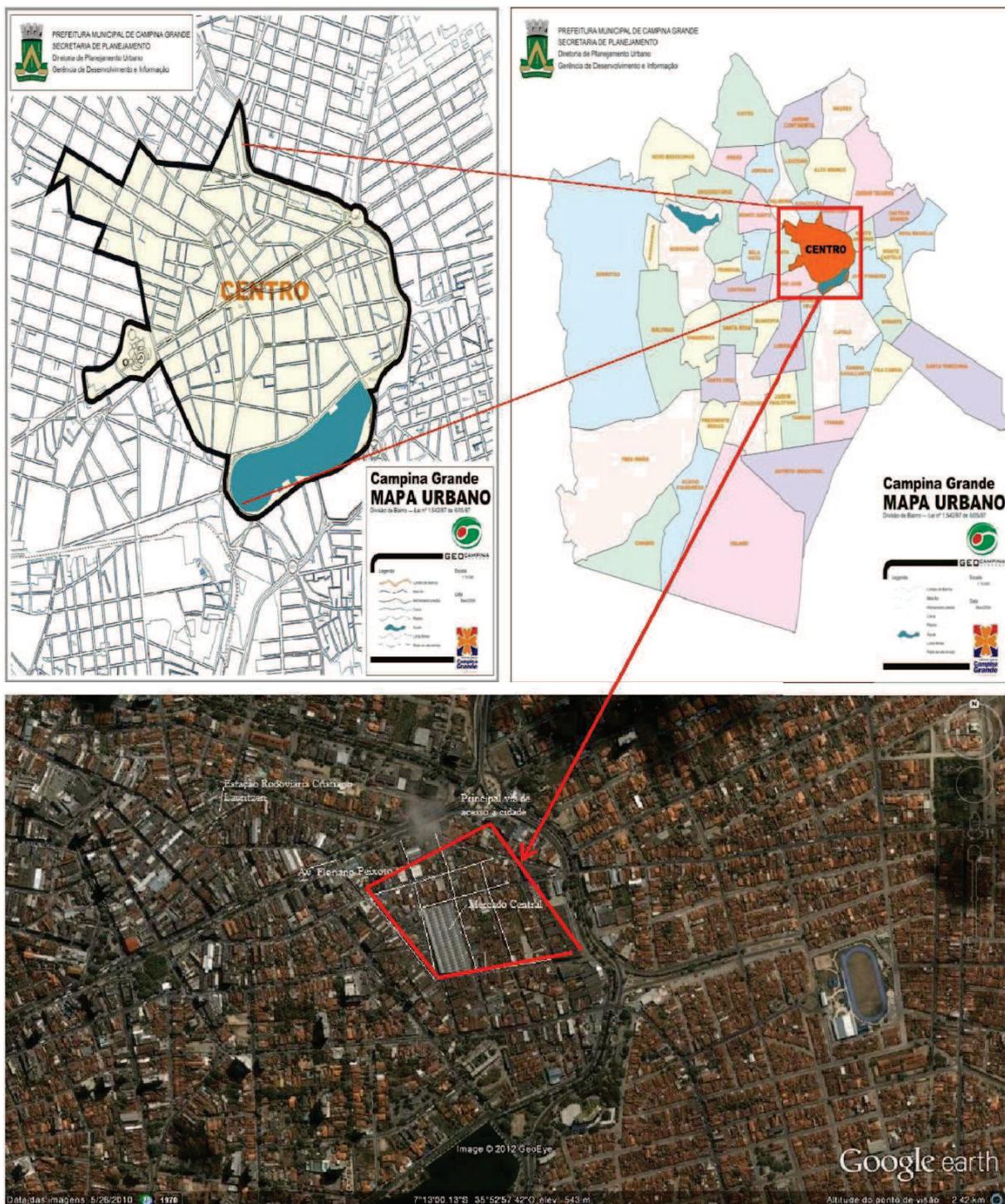


Figura 2 – Localização do Centro na malha urbana a partir da foto aérea do Google Earth da Feira Central (Adaptado - Ivan Uchôa Filho). Fonte - PMCG, Secretaria de Planejamento- SEPLAN-2007.

O Centro comercial possui uma área de 1,54 Km² (IBGE, 2010), nele estão presentes as marcas históricas da formação cidadina de Campina Grande. E por ser um centro multifacetado concentra grande parte do comércio formal e informal da cidade, aqueles tradicionais e os modernos. A Feira Livre é marco e símbolo da cultura campinense, um elo entre os bens materiais e imateriais (cultura).

A Feira Central de Campina Grande uma das maiores feiras livre do Nordeste funcionando todos os dias, principalmente aos sábados dia de intenso movimento.

A feira de Campina Grande localiza-se na mesma área há cerca de 70 anos. Ocupa uma área de aproximadamente 75.000 metros quadrados no centro da cidade, distribuída por nove ruas e um espaço edificado. Só o edifício do Mercado Central conta com aproximadamente 820 pontos comerciais e funciona todos os dias da semana, exceto aos domingos, dia reservado para as atividades de outra feira, no bairro da Prata. Na feira central de Campina Grande é comercializada uma variedade de mercadorias, a saber: frutas, verduras, ervas, hortaliças, cereais, laticínios, carnes, aves (vivas e abatidas), calçados, roupas, acessórios para pecuária, alimentação pronta, dentre outras, além de serviços. Em seu entorno dezenas de supermercados foram instalados, bem como restaurantes, panificadoras, centros comerciais, elementos da modernidade que concorrem com os serviços anteriormente presentes na feira. (ARAÚJO, 2011, p. 40).

Fazem parte da Feira, as ruas: Deputado José Tavares, Marcílio Dias, Doutor Carlos Agra, Manuel Farias Leite, Doutor Antônio de Sá, Cristóvão Colombo, Pedro Alvares Cabral, Manuel Pereira Araújo e Capitão João de Sá (COSTA, 2003, p. 155), nelas estão concentradas cerca de 245 domicílios particulares (Consulta CEP, 2014), constituídos de casas, sobrados, ou similares, edifícios de apartamentos.

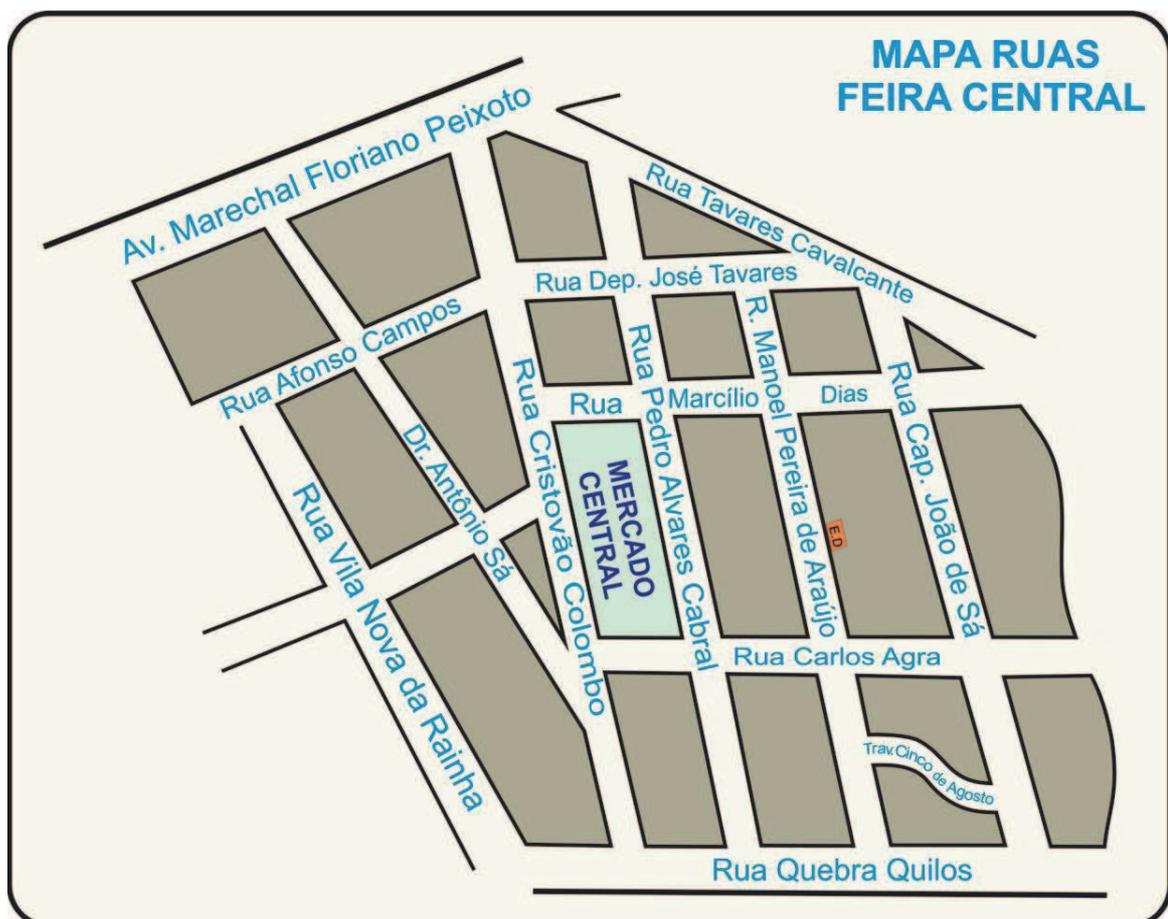


Figura 3 - Mapa das ruas da Feira Central. Fonte: Anexo 6 (QUEIROZ, 2013, p. 237).

Destaca-se a importância da setorização dos produtos no interior da feira, dessa forma “a grande feira engloba um conjunto de outras feiras menores (de carnes, frutas e verduras, feijão, farinha, rapadura, fumo, barro, animais, calçados, livros e revistas, sulancas, importados, trocas, etc.), que se estendem por várias ruas próximas da praça do mercado público central” (TRIGUEIRO, 2013, P. 5-6). Em sentido contrário, aparentemente a feira pode ser vista como um amontoado desorganizado de produtos, no entanto na rotina de quem convive com a feira tudo ali possui uma lógica para sua existência e localização.

Em toda sua área há cerca de 4.400 pontos comerciais cadastrados, constituídos de comércio atacadista e varejistas, barracas ao ar livre, além de supermercados, mercadinhos, mercearias, serviços em geral, indústrias; desses o total de 3.281² são de feirantes cadastrados (2010). A feira converge uma diversidade de formas de comércio que estão entrelaçadas entre o tradicional e o moderno; vendendo de tudo um pouco daquilo que é produzido na cidade e na região.

Em relação ao transporte interurbano é importante destacar que a maior parte das linhas de transporte da cidade converge para o Centro, pela Av. Floriano Peixoto. Em relação aos transportes de outras cidades, são destaques as vias: “Avenida Severino Bezerra Cabral que é o principal acesso para quem chega à cidade via terrestre, seja por meio da rodoviária ou da BR 230 para o turista que vem do litoral...” (SILVA, FILHO, ENDRES, 2013, p. 94). E a Avenida Manoel Tavares que liga Campina Grande a BR 104 possibilitando o acesso as cidades do Brejo Paraibano.

A Feira ainda conta à sua disposição serviços e equipamentos urbanos que atendem toda a cidade, como água, energia elétrica, esgoto, etc. No entanto boa parte desses serviços tem sérios problemas, causados pela falta de um saneamento básico adequado à grande demanda de consumidores e usuários da Feira.

Do ponto de vista econômico, as feiras se caracterizam por ser uma forma de escoamento da produção agrícola regional, um “ponto de encontro entre o meio rural e urbano e coexistem lado a lado dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais” (ANDRADE, 1997, p. 127), permitindo uma importante interligação entre os diversos ramos do comércio. (DANTAS, 2008, p. 97).

² Levantamento cadastral realizado pela administração da feira central, em caráter emergencial, fornecido para o presente estudo, apresentado em planilha manuscrita e com a ressalva por parte do administrador que não se tratava de dados fidedignos, podendo ter sofrido alguma alteração, uma vez que não se tratava de um levantamento formal como os dados fornecidos pela Secretária de Serviços urbanos nos anos (2000 e 2010) (ARAÚJO, 2011).

A Feira possui uma diversidade de formas de comércio e produtos que resiste ao tempo, com enorme vigor, contribuindo para a permanência de atores sociais e de vidas.

3 O Surgimento e a Consolidação do Comércio e Trabalho na Feira Central de Campina Grande – PB

Feira Livre é um espaço de comércio, e, portanto é importante buscar e fazer uma “geografia histórica do comércio na cidade”, como nos alerta Corrêa (2000, p. 6); construída numa análise espaço tempo. E nesse momento também é importância compreender a questão do trabalho para a dinâmica socioespacial da feira livre na cidade.

A origem de muitas feiras livres do Nordeste brasileiro está ligada ao comércio de gado principalmente entre os séculos XVIII e XIX a atividade pecuária percorria principalmente o Agreste e Sertão nordestino. Os caminhos traçados pelos rebanhos, que se autotransportavam contribuíam para o avanço das ocupações e povoamento em inúmeras localidades.

Nesse período praticamente todas as quatro zonas geográficas da Paraíba tinham desenvolvido uma espécie de característica econômica própria. E é na região entre as travessias das zonas litorânea, agreste, brejo e cariri, que estava:

Campina Grande situada numa região propícia à cultura de mandioca, milho e outros cereais. Localizava-se nas bordas orientais do Planalto da Borborema, constituindo um entreposto comercial para aqueles que atravessavam o rio São Francisco pelo interior, e para aqueles que iam do litoral para o interior e do Sertão para a costa. Tornou-se um pouso obrigatório dos boiadeiros (ARAÚJO, 2011, p. 39).

Sendo assim fazendeiros e mercadores forasteiros viram na localização privilegiada, a oportunidade de desenvolvimento do comércio, que ligada a diversas culturas existentes na região, viram na farinha, um produto tão popular, a oportunidade de realizar essa ligação entre ela e outras zonas.

Como foram os boiadeiros que iniciaram o comércio entre o litoral e os sertões e dada à necessidade que tinha de adquirir a farinha, não resta dúvida que eles, ao retornarem de Pernambuco, na Campina se abastecessem desse produto. (CÂMARA, 2006, p. 24).

Num processo comercial ainda não estabelecido, a maior parte das transações comerciais era amonetárias, o que consistia na troca de produtos, algo que valia como dinheiro. O que predominava era um sistema de autossuficiência adotado pelas fazendas de criação, nelas quase tudo era produzido pela e em prol da propriedade.

A farinha de mandioca foi o primeiro fator de comércio da aldeia ou povoado da Campina Grande com o interior da capitânia. Antes de desenvolver-se a produção

deste cereal, é provável que o itinerário das boiadas que, dos sertões desciam para o mercado de Olinda ou Goiana, fosse pela altura do povoado da Travessia (mais tarde Milagres e São João do Cariri), Boqueirão e brejo pernambucano. Pela Campina passavam apenas os boiadeiros do Seridó. (CÂMARA, 2006, p. 24).

Durante o processo de transporte, as boiadas faziam intermináveis caminhadas e frequentemente o que ajudava tanto a boiada como os vaqueiros e tangerinos, eram as condições proporcionadas pelo ambiente como (água e pastagem e os locais de descanso, suprimentos para a viagem), papel desempenhado principalmente pelas feiras livres. E sem dúvidas os caminhos percorridos pelas boiadas contribuíram para formar estruturas de comércio entre as cidades interligadas pela atividade pecuária. Sobre o funcionamento e importância das feiras de gado para a formação do raio de influência das cidades envolvidas nesse processo, exprime Maia (2006, p. 06-07).

Essas cidades tinham, além das feiras gerais, a sua feira de gado que podia ser de pequeno porte ou estar acoplada à feira geral, mas que igualmente ocorria uma vez por semana, no mesmo dia da feira. Os bois vendidos, nas feiras e mercados das cidades, eram aqueles selecionados durante as apartações, proporcionadas pelos fazendeiros da região. Irenêo Joffily, no ano de 1883, escreve uma crônica a respeito do município de Campina Grande em que destaca o mercado de gado como um dos fatores responsáveis pela visível proeminência da cidade no contexto regional.

Portanto, não restam dúvidas que o gado foi um fator que destinou o desenvolvimento econômico de cidades como, Quixadá e Baturité, no Ceará; Patos e Campina Grande, na Paraíba; Caruaru, Arcoverde e Limoeiro, em Pernambuco; e Feira de Santana na Bahia. (...) E à medida que a feira evoluía tornava-se um verdadeiro sistema regional com organização e periodicidade própria. (DANTAS, 2008, p. 95-96).

As mudanças ocorridas no sistema de transporte dos animais são apontadas como o principal fator que determinou a decadência das feiras de gado no interior nordestino (MAIA, 2006). E o sistema regional de criação e venda de gado ganharia novas estruturas.

as feiras deixaram de ser o espaço do comércio de gado, até mesmo porque a facilidade com que se traz a carne já abatida em caminhões frigoríficos de terras mais longínquas provocou uma queda no comércio de gado regional. Aquela dinâmica das feiras de gado existente, até os anos cinquenta do século XX, já não existe mais (MAIA, 2006, p. 11-12).

Ainda sobre as feiras livres no Nordeste nos fala Dantas (2008, p. 91):

É inegável que foi na região Nordeste que esse modelo de mercado tenha conseguido maior êxito em função, principalmente, da própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região.

Registrado por Câmara (2006), naquela época já existia uma grande rivalidade entre Campina Grande e o povo da Travessia, cidades que também cresciam com o comércio, e tentavam dominar a área do Chapadão da Borborema. No entanto, não existia apenas hostilidade entre a Campina e a Travessia, a própria população mais antiga da cidade não via com bons olhos os forasteiros e comerciantes pobres que chegavam ali à procura de melhores condições de vida, e os mesmos sentiam em traços pujantes a desigualdade socioespacial, o que refletia significativamente nas posições e estruturas do comércio e na feira da cidade. Campina era por si só um local de modos sertanejos e ideias recifenses. (CÂMARA, 2006, p.25-26).

Os pioneiros da civilização local. Estavam sempre a construir casas e abrir ruas em direção ao poente, abandonando aos “antigos” o que iam ficando para atrás, e em razão da ojeriza que sofriam dos outros, eles, detentores do comércio e das raras indústrias então existentes, conseguiram a contragosto dos rivais, por anos afora, deslocar o centro comercial. Da rua das Barrocas para frente da Igreja. Deste ponto para o largo do mercado de Baltazar Luna e dali para a nova rua do Seridó. Em frente ao Mercado de Alexandrino Cavalcanti. (CÂMARA, 2006, p. 29).

A feira era um símbolo vivo do rural no urbano, e não se sabia até que ponto uma dependia da outra, isso graças ao raio de influência que Campina Grande exercia. Para entender melhor veja o que fala (CARDOSO e MAIA, 2010, p. 03).

O papel exercido por Campina Grande, de centralização e de ligação com os sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte e com as cidades da então Parahyba e do Recife, foi descrito por Joffily como sendo uma das razões da animação do “comércio de trânsito”, em especial “em certos dias da semana, de quinta-feira até sábado, quando são feitas as suas grandes feiras de gados e de gêneros alimentícios.” (JOFFILY, 1977, p.268).

Por volta de 1864, Campina alcançou o status de cidade graças ao seu desenvolvimento comercial. E já na primeira metade do século XX os já estabelecidos comerciantes da cidade, e o poder público contribuiriam para a entrada do algodão, produto que traria grande desenvolvimento econômico. O “ouro branco” como era conhecido, promoveu o aumento significativo da população, e a entrada de novos comerciantes que formariam novas artérias urbanas de comércio no Centro. Além de introduzir um aparato tecnológico, promovida pela construção da estrada de ferro em 1907, o comércio algodoeiro sustentado pela produção da região chegou ao seu auge no período de 1940-1960. (ARAÚJO, 2006).

O comércio com o algodão trouxera para Campina ares de modernidade, a exemplo da fundação do Banco do Comércio, e a construção do Cassino Eldorado, por João Veríssimo em

1937, atraindo inúmeros comerciantes de outras localidades para a cidade (DINOÁ, 1993, p. 74 e 96).

E durante muito tempo a feira acompanhava o desenvolvimento comercial do Centro. Sendo palco de disputas políticas e ideológicas, marcadas com a Revolta de Quebra-Quilos (1874) e a Revolta do Rasga-Vales (1895), a feira permaneceu de frente ao mercado novo³ até o ano de 1941, quando foi transferida, em definitivo, suas atividades para o inacabado Mercado Público do Bairro das Piabas. Foram também levadas para as proximidades do mercado, a feira de gado e o meretrício. Sobre o comércio nas feiras livres compreende-se que:

A feira por sua excelência age como um centro popular de abastecimento e um espaço onde pessoas realizam suas estratégias de sobrevivência, revendendo no varejo produtos, principalmente alimentícios, e atraindo pessoas das mais distintas classes sociais, que neste mercado se abastecem. É, também, o lugar onde o capital comercial exerce domínio. (ARAÚJO & RODRIGUES, 2004, P. 182).

A feira pode ser considerada um lugar onde são realizados os mais diversos tipos de comércio, isso por que o capital dominante constrói e modela as bases de consumo da população e os espaços por ela consumidos.

Esta cisão entre um comércio mais sofisticado destinado a uma classe mais abastada e um comércio mais popular só ocorre na opinião de SANTOS (op. cit.) quando as modernizações tecnológicas se fazem presentes ao meio. São as modernizações dos anos 40 que começam a incompatibilizar a realização da feira na mesma rua dos casarões da elite, das lojas de vitrines deslumbrantes onde eram vendidos artigos finos (COSTA, 2003, p. 109-10).

A dinâmica socioeconômica da feira oportuniza que inúmeras pessoas e famílias consigam tirar dali o seu sustento isso ocorre por meio do desenvolvimento de um comércio que age perpendicular ao comércio formal, a que Santos (2004) denominou de circuito inferior da economia. E que apesar da feira atender sem distinção de classes, a feira e o comércio informal em geral retêm um maior nível de consumo entre os mais pobres e de classe média.

E era na feira onde a população em geral encontrava tudo ou quase tudo que precisa-se para o seu sustento, era ela também que favorecia a socialização da mesma, vistas nas palestras acerca das novidades ocorridas na cidade. A feira era, pois um espaço de cultura, de venda de cordéis, de cantorias de violeiros e vida. Até 1960, o crescimento urbano estava todo ele concentrado na área central, Costa (2003, p. 118-119).

³ A feira que desde 1925 funcionava no Mercado Novo construído por Ernani Lauritzen, *o mesmo possuía uma entrada pela atual rua Maciel Pinheiro e outra pela Barão do Abiaí* (COSTA, 2003, p. 106).

Por volta de 1970 à feira recebe uma novidade para o comércio varejista, eram os mercadinhos. Com localização privilegiada na feira entre as ruas José Tavares com a rua Cristóvão Colombo, o mercadinho Dom Dom, transformado posteriormente em rede de mercado, concorreria com o Supermercado Serve-Bem de Eustique Loureiro. Trazendo um novo modo de comercializar, onde os produtos dispostos em prateleiras com seus respectivos preços, assim eram escolhidos a gosto do consumidor que o levava até o caixa para pagá-lo e leva-lo para casa. Sobre um jogo de interesses essa forma de comércio dispensa uma maior aproximação do cliente com a pessoa humana, o “aconchego” da conversa com o cliente praticada com frequência nas bodegas e barracas na feira. (COSTA, 2003, p. 120-121).

Construída próxima a Feira o supermercado o Balaio (hoje Hiper Bompreço), mesmo em franco desenvolvimento e vendo a feira como uma forte concorrente, tentou sem sucesso convencer a prefeitura a retirar do Centro a feira, alegando insalubridade e a necessidade de descentralização de seus serviços para a população de outros bairros. (COSTA, 2003, p. 123).

Nos anos de 1980 alguns vetores modernizantes começam a se fazer presentes em Campina Grande, ao lado da forte crise econômica que a cidade passou a enfrentar. Os supermercados se difundiram no espaço urbano e foram sendo incorporados como novos hábitos de consumo da população. Disseminou-se também o uso do cartão de crédito que se popularizou no meio das classes médias. Ao lado dessas modernizações a crise econômica contribuiu para expandir o comércio “informal” pelas ruas centrais da cidade. (COSTA, 2003, p. 124).

Além de oferecer segurança, higiene e comodidade, os supermercados contavam com o auxílio de estratégias de marketing para atrair cada vez mais consumidores. E era com as propagandas que os supermercados moldavam os gostos e modos de consumir da população, inovando em sabores, ambientes, embalagens e formas. (COSTA, 2003, p. 124-125). Ao passo que criava novas condições para a organização e funcionamento das atividades socioeconômicas na cidade.

Na medida em que os novos gostos são difundidos em escala nacional e que substituem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados na cidade dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo espacial. Dois subsistemas, „o circuito superior ou moderno” e „o circuito inferior” podem ser identificados [...]. O circuito superior ou moderno é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que circunda porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano [...]. (SANTOS, 2003, p. 126).

Com o tempo essa visível distância entre esses dois subsistemas econômicos, contribuiria para as diferenças quanto à apropriação espacial e as relações econômicas e sociais, o exemplo do comércio na feira livre.

Nota-se a partir de então uma ruptura no comércio varejista. A Feira se delinea como parcela tipicamente do circuito inferior, enquanto que os supermercados, ainda que comercializando os mesmos produtos, destina-se claramente a uma clientela selecionada, com maior poder de compra e fácil acesso ao crédito pessoal, portanto, configurando-se como uma atividade do circuito superior da economia. (COSTA, 2003, p. 125).

Mas há que ocorra uma articulação entre os dois circuitos, ou seja, aqueles que consomem no circuito superior podem consumir do produto e serviços oferecidos pelo circuito inferior e vice e versa. A feira pode ser considerada uma instituição tradicional que tem como “principal função ser uma forma de local de trocas comerciais existentes em muitas cidades desde a antiguidade e adotada praticamente em todo o mundo. Se ela ainda está presente no espaço urbano isso certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” Dantas (2008, *apud*, PINTAUDI, 2006, p. 2). ARAÚJO (2011) intitula - *As feiras nordestinas na contemporaneidade como fenômeno de resistência frente ao global*, fala sobre as ações tomadas pelos feirantes frente à abertura para o mercado global.

No primeiro plano constatamos duas ações que os feirantes vêm adotando em consonância com abertura de mercado estabelecida pela globalização: a primeira delas refere-se à diversidade de mercadorias, diante da substituição de artigos outrora comercializados, que tem sido aos poucos substituída por outros, é o caso, por exemplo, dos gêneros alimentícios (legumes, cereais e hortaliças) que vem sendo trocado por roupas e artigos importados. Já a segunda ação diz respeito à adequação a nova dinâmica do mercado frente à forma de pagamento, uma vez que os outros lugares de consumo que concorrem com as feiras alteraram suas formas de pagamento, ao inserirem como opção de quitação, para além do numerário e dos cheques convencionais, também os cartões de crédito, além de manterem em alguns casos o sistema pós-pago do fiado e adotarem a barganha nos valores nos produtos (ARAÚJO, 2011, p. 3).

A feira vem sofrendo com a perda de clientela, isto graças ao processo de descentralização dos setores de comércio, os mercadinhos, os supermercados e quitandas, a exemplo da formação das feiras de bairros, supermercados e lojas. Além da instalação de novas formas de comércio moderno.

Isso consideravelmente reflete uma apreensão daqueles que tiram seu sustento das feiras, portanto são formas mistas de agregar o moderno ao tradicional na tentativa de escapar a essa racionalidade e realidade capitalista que é muitas vezes cruel e desumana. Exemplo do trabalhador (feirante, vendedor, carroceiro, ambulante, etc.) que se torna presa fácil ao

sistema, vista de modo geral na cidade. A “precarização do trabalho”⁴, deixa as margens aqueles que não são absorvidos pelos setores produtivos, característicos do circuito formal da economia.

(...) Um meio através da qual o processo da acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa. Além do mais, garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria emprego fixo nas atividades modernas. Os biscateiros, os ambulantes, as diversas oficinas de reparação semiclandestinas e as pequenas unidades de produção de sucedâneos de produtos conhecidos são formas do circuito inferior. (CORRÊA, 2007, p. 66).

Isso só é possível graças à organização e funções atribuídas aos dois circuitos dentro do espaço urbano, e ao falar sobre o circuito inferior é importante:

[...] levar em conta o circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana a encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado, ao mesmo tempo conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. (SANTOS, 2004, p. 23)

E é na feira um espaço múltiplo, de intenso movimento, de práticas comerciais e de serviços, que se veem inúmeras “*práticas de sobrevivência improvisadas e adaptativas*”⁵ que congregam trabalhadores antigos (trabalhadores mais experientes na feira) e novos (trabalho infantil) em busca de uma oportunidade de trabalho e sobrevivência.

4 O Trabalho Precoce⁶ no Setor Informal da Feira Central: os pequenos carroceiros

Em meio ao desemprego estrutural pode-se perceber que um número cada vez maior de crianças e de adolescentes está sendo incorporados como trabalhadores em atividades do

⁴ O termo precarização do trabalho tem relação com um conjunto de mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho, geralmente caracterizado pela desqualificação nas relações de contrato trabalhista. Essa questão situa-se num contexto de mudança no padrão de acumulação de capital, que engendra transformações importantes na organização da produção de mercadorias. O fenômeno demonstra, mais uma vez, a velha tendência do processo de produção capitalista quando, diante das contradições sistêmicas que impedem a manutenção das taxas de lucro, intensifica a produtividade do trabalho vivo, potencializando um nível mais elevado de exploração da mais-valia do trabalhador. Além de desemprego, a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho, etc.

⁵ Holanda, S. B. Citado por: SEVCENK, N. *História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. P. 8-48.

⁶ De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é a pessoa com idade inferior a 12 anos e adolescente com idade entre 12 e 18 anos. Desse modo, o termo trabalho infantil não compreende todo o trabalho realizado por menores de idade, já que exclui os maiores de 12 anos. Para abarcar os sujeitos que estão contemplados nestes dois ciclos de vida, Alberto (2003) propôs o conceito de “trabalho precoce”.

Para Alberto (2003) trabalho precoce é entendido como o exercício da atividade de criança e adolescentes, socialmente útil ou esquemas de profissionalização divergentes – tráfico e prostituição –, praticados com a intenção de se receber alguma forma de pagamento. São crianças e adolescentes que utilizam seu tempo para a realização de atividades diversas nas ruas, como vender pequenos objetos, engraxar sapatos, carregar sacolas, olhar carros ou até mesmo pedir comida e/ou dinheiro, como forma de assegurar sua sobrevivência e de seus familiares.

setor informal. “O circuito inferior constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que insignificante ou aleatória”. (SANTOS, 2004, p. 202). No caso da Feira Central de Campina Grande o setor de comércio e serviços “de rua” é intenso atraindo para atividades do circuito inferior crianças e adolescentes.

Há um número crescente de famílias que tem como renda auxiliar ou mesmo que total composta pelo trabalho de crianças e de adolescentes em idade escolar. Dada à importância de diagnosticar o trabalho infanto-juvenil na feira, tendo como foco o estudo dos “pequenos carroceiros”, que trabalham com o serviço de frete de mercadorias na Feira Central.

De modo a atender a questão do trabalho infantil na Feira Central, foi exposto em neste trabalho de forma empírica, fez-se 17 questionários meramente informativos, tendo tido ainda a observação em campo e o conhecimento acerca de textos relacionados ao tema, trabalho infanto-juvenil no Brasil e na Paraíba, como bases para a construção do texto.

A prática do trabalho infanto-juvenil é um fenômeno social antigo, encontrado em valores culturais severos, sejam aquelas situações de trabalho no meio rural, ou mesmo no meio urbano, a dizer que grande número de crianças e adolescentes menores de 16 (dezesesseis anos) são quase que obrigados a inserir-se precocemente no mercado de trabalho. Deste modo ficam sujeitos à exploração, violência, crueldade e opressão, dos quais muitas vezes ainda não são capazes de escapar.

Graças a valores culturais presentes na vida de crianças e adolescentes, valores estes que são repassados pela própria família, a exemplo de frases como: “... é melhor a criança trabalhar do que ficar na rua”. No entanto, essa criança que esta na rua mesmo que trabalhando, se torna vulnerável a riscos como a prostituição e o trabalho escravo. Outro fator que se pode destacar é a classe social que essa criança ou adolescente está inserida; “... a infância para a criança de classe pobre termina mais cedo” (SARTI, 1995; DAUSTER, 1992; MOREIRA, 2003, op. cit., p. 16). Mesmo que...

De acordo com a legislação nacional, trabalho infantil é aquele exercido por qualquer pessoa abaixo de 16 anos de idade. No entanto, é permitido o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz. Aos adolescentes de 16 a 18 anos está proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas; de trabalho noturno; de trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas; e, ainda, de trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 03).

Porém no Brasil é possível perceber uma cultura do pró-trabalho infantil e de um mercado que oportuniza o trabalho dessas crianças e adolescentes, conseqüentemente não

garantindo nenhum respeito à integridade e aos direitos dos mesmos. Esse trabalho acaba sendo para os empregadores uma forma de conseguir mão de obra barata.

Não obstante da legislação brasileira que proíbe, mas não consegue coibir totalmente o trabalho infanto-juvenil; um grande aliado é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que a questão do trabalho infanto-juvenil é um problema que atinge todas as diferentes regiões do Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Trabalho Infanto-Juvenil no Brasil e em Campina Grande/PB

Trabalho Infanto-Juvenil no Brasil			
Faixa etária (em anos)	Número de pessoas ocupadas em 2007	Número de pessoas ocupadas em 2008	Diferença
5 a 17 anos	4,8 milhões	4,4 milhões	- 7,6%
5 a 13 anos	1,2 milhões	993 mil	- 19,2%
5 a 9 anos	158 mil	141 mil	- 10,7%
10 a 13 anos	1 milhão	852 mil	- 20,4%
Trabalho Infanto-Juvenil em Campina Grande – PB			
Faixa etária (em anos)	Número de pessoas ocupadas em 2000	Número de pessoas ocupadas em 2010	Diferença
10 a 15 anos	2780 mil	1975 mil	- 29,6%

Fonte: IBGE. PNAD (2000, 2007, 2008 e 2010). Disponível em: http://www.geografiaparatodos.com.br/img/infograficos/trabalho_infanto_juvenil.jpg; Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/trabalhoinfantil/graficos.html>. Acesso em: 13/03/2013.

A dizer que esses dados são fortes aliados dos governos, pois demonstram que decisões devem ser tomadas para acabar com o trabalho infanto-juvenil no Brasil.

A PNAD investiga as diferentes situações de trabalho e não trabalho, distinguindo pessoas ocupadas e desocupadas, economicamente ativas ou não, e diferentes tipos de ocupação e atividade econômica³. A tabela 1 (p.19) dá informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em um sentido bastante amplo, incluindo o trabalho remunerado ou não, para a produção de bens e serviços para terceiros e para consumo próprio, e também sobre os que, embora não ocupados quando a pesquisa foi realizada, tiveram algum tipo de ocupação ao longo do ano anterior à pesquisa. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 06).

Na realização dessa pesquisa na década de 1990 foi possível apresentar características socioeconômicas de crianças e adolescentes na época, no entanto essa pesquisa ainda continua atual.

O trabalho infantil concentra, sobretudo, pessoas de 16 e 17 anos de idade, ocorre mais para homens do que para mulheres, e mais, proporcionalmente, entre pessoas de cor preta ou parda do que de cor branca. Ocorre sobretudo em áreas rurais e

menos nas grandes regiões metropolitanas. É proporcionalmente mais presente nas regiões Nordeste e Sul do que nas demais regiões do país. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 07).

“Kassouf (2004) ao analisar a PNAD encontra que as crianças trabalhadoras na Paraíba, com idades entre 5 e 15 anos, trabalham 60% no setor agrícola, 15,8% no comércio e 15,8 no setor serviços”. (ALBERTO, 2006, p.32) setores onde também é encontrado o maior número de trabalhadores infanto-juvenis.

E ao falar da cidade de Campina Grande desde já se destaca a importância do centro comercial da cidade como campo de atração e absorção do trabalho infantil de rua no setor informal da economia.

Observamos esses pequenos carroceiros nas feiras e mercados públicos da cidade além de perceber que o frete em carroças de mão é um trabalho comum entre aqueles realizados pelas crianças e jovens nas feiras da Paraíba, já que grande parte desses inicia suas atividades com serviços mais simples; porém muito pesado sendo este exclusivamente realizado por meninos, chama atenção às formas de trabalho que esses realizam, carregam compras e mercadorias e fazem outros trabalhos, seus esforços são maiores nos fins de semana, no Sábado na Feira Central e no Domingo na Feira da Prata. (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Trabalho infantil na Feira Central. Fonte – Própria autora, 2010.

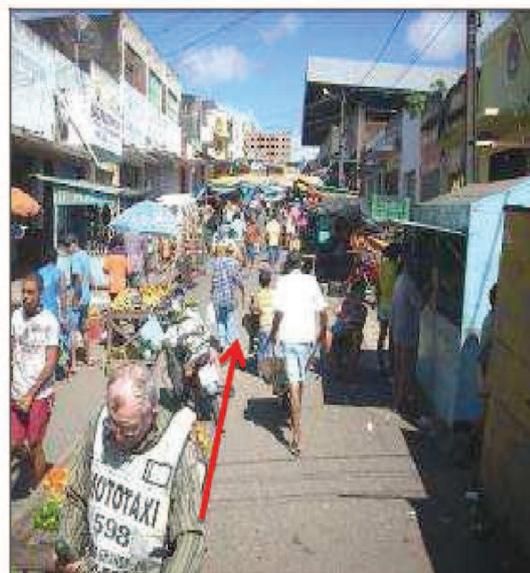


Figura 2 - Criança trabalhando como carroceiro. Fonte - Gustavo Miranda, 2009.

Por ser um evento que ocorre nos finais de semana, a feira é uma boa alternativa de trabalho para aqueles que estudam durante a semana. Todos os 17 entrevistados (na faixa etária de 9 – 16 anos de idade) estudam e trabalham, e veem a feira como uma alternativa para adquirir dinheiro e então suprir seus próprios gastos, ao passo que 12 dos 17 entrevistados

alegam o motivo de trabalhar ser vontade própria, enquanto há aqueles que trabalham para ajudar na manutenção financeira da família e da casa. Esse desejo muitas vezes é mais presente no pensamento do adolescente, já que o mercado de consumo hoje visa conquistar o jovem para que ele possa consumir mais.

A família continua sendo a principal incentivadora para a entrada precoce da criança e do adolescente no trabalho, assim o trabalho é para a família um formador de caráter, um meio viável para afastá-los do mundo da violência e das drogas. A escolaridade dos pais é algo que deve ser levado em consideração, pois quanto maior o nível de instrução dos pais, menores são as chances de seus filhos trabalharem. Veja como isso procede,

Em casa, o pai - em geral o de classe mais pobre, e que tem dois ou mais filhos estudando - faz comparações, sentenciando um deles como menos dotado para os estudos. Trata-se de uma baixa tolerância com o rendimento inferior e que acaba se traduzindo num processo de desvalorização deste aluno. Interessante foi que os pais se dividiram em "variadas gradações de aceitação e compreensão, sem nenhuma condenação explícita", ao trabalho dos filhos enquanto estudam. O trabalho não é visto, por muitos desses pais, como empecilho para o sucesso na escola. "Acreditam que o trabalho ajuda o crescimento e o amadurecimento dos jovens e adolescentes".⁷

Percebe-se ainda que a profissão dos pais corresponde a um fator decisivo para a entrada e a escolha da atividade que ira desempenhar a criança e o adolescente na feira. O que não convém ser uma regra, dentre as atividades desempenhadas pelos seus pais estão: manicure, doméstica, comerciante, agricultor, pedreiro, taxista, caminhoneiro e ferreiro.

Vê-se que as análises culturais e econômicas não são totalmente eficazes para captar e interpretar as condições de vida das famílias dessas crianças e jovens e assim entender sua inserção precoce no mercado de trabalho.

Indiscutivelmente o setor informal urbano é o que mais emprega trabalhadores, principalmente no comércio e na prestação de serviços, no entanto os ganhos são irrisórios, no caso do trabalho de crianças e jovens é frequente que os jovens entre 14-18 anos de idade consigam receber um pouco mais do que as crianças entre 8-12 anos, isso acontece porque são espertos, ágeis e suportam um pouco mais o cansaço dos trabalhos realizados durante o dia. Para servir de informação as atividades realizadas pelos pequenos carroceiros não diferem em nada com os serviços dos carroceiros adultos, carregam peso, estão vulneráveis a acidentes e não são respeitados.

⁷ INEP. Pesquisa Nacional Qualidade da Educação – a Escola Pública na Opinião dos Pais faz levantamento inédito entre responsáveis pelos estudantes. Inep, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/rss_censo-escolar/-/asset_publisher/oV0H/content/id/19523> Acessado em: 10/12/14.

Alerta-se para os riscos físicos, mentais e psicológicos pelos quais passam essas crianças e adolescentes, vejamos quais os danos provocados pelo trabalho na vida de crianças e adolescentes. “No caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada com sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo” (MEIRELLES, 1998, op. cit., p. 48). Isso acontece por quê:

- 1- Crianças ainda não têm seus ossos e músculos completamente desenvolvidos. Correm maior risco de sofrer deformações dos ossos, cansaço muscular e prejuízos ao crescimento e ao desenvolvimento, dependendo do ambiente e condições de trabalho a que forem submetidas.
- 2- A exposição das crianças às pressões do mundo do trabalho pode provocar diversos sintomas, como por exemplo, dores de cabeça, insônias, tonteadas, irritabilidade, dificuldade de concentração e memorização, taquicardia e, conseqüentemente, baixo rendimento escolar. Isso ocorre mais facilmente nas crianças porque o seu sistema nervoso não está totalmente desenvolvido. Além disso, essas pressões podem causar diversos problemas psicológicos, tais como medo, tristeza e insegurança.
- 3- O corpo das crianças produz mais calor que o dos adultos quando submetidos a trabalhos pesados, o que pode causar, dentre outras coisas, desidratação e maior cansaço.
- 4- O trabalho infantil provoca uma tríplice exclusão: na infância, quando perde a oportunidade de brincar, estudar e aprender; na idade adulta, quando perde oportunidades de trabalho por falta de qualificação profissional; na velhice, pela conseqüente falta de condições dignas de sobrevivência. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2012, p. 9-11).

Todos esses riscos merecem atenção, pois são neles, que crianças e adolescentes perecem diariamente no setor informal de rua em Campina Grande. Tudo isso conseqüentemente é levado para a vida adulta, o jovem que trabalha reduz suas chances de melhores oportunidades de trabalho e conseqüentemente melhores condições de vida, esses riscos apresentados aqui demonstram uma preocupação que deveria ser mais do que de âmbito governamental, mas também de toda sociedade civil. “A pobreza é identificada como um fenômeno multidimensional, que necessita de um conjunto de programas microeconômicos integrados para a sua superação, além de contar com condições macroeconômicas favoráveis” (CACCIAMALI E TATEI, BATISTA, 2010, p. 273).

Em termo de Brasil, o combate à pobreza está vinculado principalmente aos chamados “programas de transferência de renda”. São exemplos, a Bolsa Escola (1994) projetado inicialmente no Distrito Federal, pelo governador na época Cristóvão Buarque. Em 2001 o programa foi adaptado, lançando-se em outros municípios com o objetivo de combater a evasão escolar e o trabalho infantil, atendendo famílias de baixa renda. Participavam do programa famílias crianças entre 6-15 anos, matriculadas e com frequência regular na escola. O programa foi substituído em 2003, pelo atual Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Lula (2003) de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, criado para integrar e unificar ao Fome os programas implantados no Governo Fernando Henrique Cardoso: o Bolsa Escola, o Auxílio Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. A então primeira-dama do Governo FHC, Ruth Cardoso, impulsionou a unificação dos programas de transferência de renda e de combate à fome no país.

O PBF é tecnicamente chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos. Consiste na ajuda financeira às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capita de 70 até 140 reais) e extremamente pobres (com renda per capita menor que 70 reais). A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. O programa pretende reduzir a pobreza a curto e a longo prazo através de transferências condicionadas de capital, o que, por sua vez, visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza. Atualmente os valores dos benefícios pagos por família não têm limite, mas o menor valor é de 32 reais.⁸

Paralelamente, em 1996, foi instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), primeiro programa de transferência de renda em nível federal. Implantado inicialmente nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, o programa compreende a realização de ações socioeducativas e de cidadania realizadas, em grande parte, por organizações do terceiro setor. O objetivo do Peti é retirar crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, além de sua manutenção na escola e na Jornada Ampliada. (CACCIAMALI, TATEI, BATISTA, 2010, p.275).

Outro importante parceiro no combate ao trabalho infanto- juvenil está

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) foi criado em 29 de novembro de 1994, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Pretendia-se possibilitar a parceria entre o governo e as esferas da sociedade civil para discutir e apresentar soluções para o problema. Sob esse ponto de vista, seria um importante instrumento de união e articulação de diferentes setores interessados em atuar na prevenção e erradicação do trabalho infantil no país.

Ele funciona como um articulador entre os interessados em diminuir os índices de trabalho infanto juvenil, unindo sociedade por meio de ONGs, governo, além da OIT e do financiamento repassado pela UNICEF. O mesmo promove congressos e age diretamente nas Secretarias do Estado e com as Prefeituras municipais, exemplo do FNPETI da Paraíba.

E anualmente o governo vem modificando esses programas tentando com isso erradicar o trabalho infantil no Brasil, os resultados falhos, como falta de fiscalização e punição aos responsáveis que mantêm o trabalho infantil. Deseja-se abertura assistencialista para a participação de jovens afastados da escola; a garantia de que o programa atenda realmente pessoas carentes; educação e respeito à família, e o principal de todos, e a garantia de oferta

⁸ Bolsa Família. Disponível em: > http://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa_Fam%C3%ADlia?veaction=edit<
Acessado em: 10/12/14.

de serviços públicos básicos de qualidade. Dessa forma, têm-se menos crianças e adolescentes na rua, e a garantia de jovens e adultos conscientes para o futuro.

5 Considerações Finais

A feira central de Campina Grande age como um espaço socioeconômico alternativo que possibilita o sustento de muitas pessoas, inclusiva para crianças e adolescentes que vão sendo incorporados ao mercado de trabalho precocemente. A maioria desses encontra nas ocupações ligadas ao comércio e aos serviços oferecidos na feira, a maioria se enquadra no circuito inferior da economia, que munido de poucas regras, uni a promoção e a exploração do trabalho infantil.

Ligada à inserção precoce de crianças e adolescentes esses, estão principalmente a família e a sociedade, já que a grande parte das crianças e jovens que trabalham são incentivados pelos pais ou responsáveis, muitas vezes a razão são as dificuldades financeiras da família, e que levam esses a auxiliar na renda da família.

Porém percebe-se na justificativa de crianças e jovens em trabalhar em prol de uma realização financeira e pessoa. Isso acaba configurando um cenário de pertença entre o trabalho, a criança e o adolescente; muitos deles frequentam a escola e não veem os trabalhos realizados na feira como uma forma de exploração.

Na Feira Central, o novo e o velho ocupam o mesmo espaço, assim como as problemáticas detectadas nessa pesquisa, a primeira diz respeito ao próprio ambiente de trabalho oferecido pela feira, a falta de um saneamento básico adequado, em meio a uma feira ainda tão significativa para a cidade.

A segunda é a questão que infere na inadequação das atividades desempenhadas pelas crianças e jovens, são aquelas relativas ao esforço excessivo do corpo, a dizer do trabalho desempenhado pelos pequenos carroceiros, crianças muito pequenas carregam cargas pesadas, expostas ao sol devido o trabalho se iniciar pela manhã e só parar a tardinha, o fator renda convém a um lucro irrisório em relação aos danos que sofrem.

Assim diagnosticou-se trabalho precoce na feira de Campina Grande como um fenômeno que ainda é atual, incentivados pela família e proporcionados pelo setor inferior da economia, mas que merece atenção aos problemas ocasionados pela entrada precoce da criança e do adolescente no mercado de trabalho, riscos ao desenvolvimento físico e mental.

Danos esses que estão ligados a doenças, perda de autoestima entre outros. Por sua vez demonstra-se a existência de políticas públicas de assistência e manutenção de serviços

públicos que objetivam combater e erradicar o trabalho infanto-juvenil são exemplos, a Bolsa Família e o PETI, além do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com sede também na Paraíba, tenta unir governo e sociedade civil na busca por soluções para combater as formas perversas de trabalho infanto-juvenil.

WORK EARLY IN THE INFORMAL SECTOR OF FAIR CENTRAL GREAT PLAIN-PB: small cartersAbstract

Informal work and the problem of early labor is still a common phenomenon in the street markets of many cities of the Brazilian Northeast, and in particular the state of Paraíba, as they promote the maintenance, income and survival of countless people. The main objective of this work was to address and diagnose the early activities and working conditions in the central fair Campina Grande-PB, which was to focus the lower circuit of the economy. Featuring in this mode, the work of small carters, offering freight services in Barrow. Therefore, we used a literature on trade and children's informal work in Brazil, Paraíba, and in the marketplace, provided with descriptive empirical research in the field observation on the qualitative nature approach, in which they were evaluated the data searched. In discussing the reasons for insertion of the early work at the fair, proves to be a pro-child labor culture on improper condition, caused physical, mental and psychological risks. The central trade show that is concluded is an institution composed of a socioeconomic structure as an alternative to the livelihood of many families, including children and teenagers who are being incorporated into the labor market early.

Keywords - Survival. Circuit. Lower. Services. Shipping. Children and Youth.

Referências

ALBERTO, M. de F. P. *Crianças E Adolescentes Que Trabalham: Cenas de uma Realidade Negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

ALBERTO, M. F. P.(coord.) *O Trabalho Infantil na Atividade Informal em Guarabira - PB: Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil*. Brasília: OIT – Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. 64p. Disponível: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipcc/pub/livro_trabalho_infantil_informal_pb_357.pdf>. Acesso: 13/03/2013.

ARAÚJO, G. A. *As Feiras Nordestinas na Contemporaneidade como Fenômeno de Resistência Frente ao Global. II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura*, de 07 a 10 de novembro de 2011.

ARAÚJO, G. A. *Continuidade e Descontinuidade no Contexto da Globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007) – 2011*. 668f. Tese de Doutorado em Idade Contemporânea (UMINHO) e História Social (UFBA). Universidade de Minho, Portugal, 2011. 668p.

ARAÚJO, J. A. G.; RODRIGUES, M. F. F. *A Feira e o Mercado Central de Campina Grande/PB: leitura da paisagem e imagens do lugar*. *Sociedade e Território*. Natal, v. 16, n. 1-2, p. 179-196, jan./dez., 2004.

ARAÚJO, Jair Barbosa de. *O algodão de Campina Grande: uma discussão acerca dos livros didáticos de história*. Campina Grande: Agenda, 2006. 92p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*. Presidente Dilma Vana Rousseff. V. 9-11. Disponível:

<http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/saiba%20tudo%20sobre%20trabalho%20infantil_mte_786.pdf> Acesso: 13/03/2013.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família Federal Sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010. Disponível:

<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n2/v14n2a03.pdf>>. Acesso: 20/04/2013.

CÂMARA, E. *Os Alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)* – Campina Grande: Editora Caravela, 1999. (Reimpressão 2006). 120p.

CARDOSO, C. A. A.; MAIA, D. S. A Feira de Campina Grande: onde se encontra o moderno e o tradicional. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG), 2010, Porto Alegre. *Anais Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças*. Porto Alegre: AGB, 2010, p. 1-12.

CORRÊA, R. L. Comércio e Espaço: uma perspectiva e algumas questões. Laboratório de Gestão do Território – LAGET. In: *Série Pesquisa e Ensino*, n. 2. 2000, p. 1-28, abril. 2000.

_____. Organização espacial. In: _____ *Região e Organização Espacial*. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2007. P. 51-84.

COSTA, A. A. *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na Inserção do Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 245f.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. Mercator.– *Revista de Geografia da UFC*. Ceará, ano 07, n. 13, 2008. P. 88-101.

DAUSTER, T. Uma infância de curta duração. Trabalho e escola. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.82, 1992.

DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande: Grafset, 1993.

IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra Domicílio-PNAD. *Trabalho Infantil*. Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2006. Disponível: <

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazer/publicacao_afazer.pdf>. Acesso: 22/04/2013.

IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra Domicílio-PNAD. *Trabalho Infante-juvenil*.

Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2008. Disponível: <

http://www.geografiaparatodos.com.br/img/infograficos/trabalho_infante_juvenil.jpg>

Acesso: 13/03/2013.

KASSOUF, A. L. Análise do Trabalho Infantil com Base nos Dados do PNAD de 2001. Para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba. Piracicaba: PNAD, 2004. Mimeografado.

MAIA, D. S. A Feira de Gado da Cidade: encontros, conversas e negócios. *Revista Formação*. São Paulo, nº14 volume 1 – p. 12-30, 2011.

MIRANDA, G. M. S. A Feira na Cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB). *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. 189f.

MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). *Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

PMCC. Prefeitura Municipal de Campina Grande. *Secretaria de Planejamento – SEPLAN*. Mapas, Mapa urbano de Campina Grande, Centro. Disponível: <http://seplan.pmcg.pb.gov.br/mapas/Mapa_Centro.pdf> Acesso: 15/04/2009

PORTO, F. E. O Mapa da Cidade: o papel das Políticas Públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande –PB. *Dissertação de Mestrado*. Interdisciplinar em Ciência da Sociedade – Campina Grande: UEPB, 2007. 94f.

QUEIROZ, M. V. D. (Coord.). A/11 Mesa Redonda - A Feira de Campina Grande, limites e potencialidades. In: OFICINA DE PROJETO PARTICIPATIVO. *Relatório de Atividades (abril a junho 2013)* – 2013. Extensão Universitária, Campina Grande, 2013. 633p

SÁ, M. B. *Algumas Considerações sobre o Papel de Campina Grande na Rede Urbana Paraibana*. 8 ed. Latin American Studies. Japan: Ibaraki, 1986. P. 187-199.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004. 440p.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHWARTZMAN, S. *Trabalho Infantil no Brasil*. Brasília: OIT, 2001. Disponível: <www.oitbrasil.org.br/.../trabalho_infantil_no_brasil_359.pdf> Acesso: 13/03/2013.

SILVA, G. V. FILHO, P.P. F., A.V. Espaço Turístico Urbano em Campina Grande – PB: um estudo a partir da Teoria de Boullón. *Revista Turismo: Estudos & Práticas*. (RTEP/UERN), Mossoró/RN, vol. 2, n. 2, jul./dez. 2013 <http://periodicos.uern.br/index.php/turismo> [ISSN 2316-1493].

TRIGUEIRO, O. M. *Folkcomunicação e Ativismo Midiático*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. 10p.

UCHÔA FILHO, I. Metamorfoses do Centro Comercial de Campina Grande – PB: um estudo de como as mudanças funcionais reflete na configuração espacial. *Monografia de Graduação em Geografia*. UEPB, Campina Grande, 2011. 50f.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS “PEQUENOS CARROCEIROS”

1- Idade, onde mora e o nome (opcional)?

2- Há quanto tempo você trabalha na Feira Central?

3- Qual o motivo para estar trabalhando como carroceiro na feira?

4- Estuda? Se sim que série?

5- Qual a profissão de seus pais?
